

“Levaremos a teimosia guarani para a Constituinte”

Em todo o Brasil são dez os candidatos indígenas que concorrem nas eleições de 15 de novembro próximo. Oito deles a deputado federal constituinte — Alvaro Sampaio Tukano (PT-AM), Biraci Brasil Yawanawa (PT-AC), Idjarruri Yonjá (PMDB-GO), Gilberto Lima Macuxi (PT-RR), Karai Mirim Guarani (PT-SP), Marcos Terena (PDT-DF), Mário Juruna Xavante (PDT-RJ) e Nicolau Xavante (PDT-MT). E dois a deputado estadual — Augusto Xavante (PDT-MT) e Paulo Mendes Tikuna (PT-AM). O PORANTIM falou com quatro deles, e publica nestas duas páginas o por quê de suas candidaturas e como as campanhas vêm sendo realizadas

Dificuldade até para legalizar a candidatura

Se a próxima Constituição vai ou não reconhecer a diversidade étnica e cultural do país, só saberemos depois que conhecermos seus “escrevinhadores” e que força o movimento indígena terá junto a esses constituintes. E aí que entram os deputados indígenas, ou pelo menos aqueles sensíveis à causa desses povos. Se eles não estiverem presentes na elaboração da Constituição para, no mínimo, garantir a continuidade do artigo 198 da atual carta magna, que assegura aos índios a posse permanente da terra e o usufruto exclusivo das riquezas naturais nela existentes, não serão os representantes dos grandes grupos econômicos que o farão.

Mas, para alguns candidatos indígenas, antes mesmo de enfrentar as urnas, o difícil está sendo a legalização da candidatura. É o caso de Karai Mirim, Guarani-Nhandeva e candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo. Pela terceira vez, ele tenta junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a isenção do cumprimento da lei de domicílio eleitoral. Segundo a legislação, qualquer um que se candidate a deputado federal precisa ter morado no mínimo um ano antes das eleições no Estado onde se candidata. Apesar de morar em São Paulo há bastante tempo, o título de eleitor de Karai Mirim é da Ilha do Governador, no Estado do Rio de Janeiro. Nas duas primeiras vezes o TRE negou seu pedido, alegando que Karai, mesmo sendo índio, não desconhece a lei brasileira, já que é professor.

“Ora, diz ele, para a comunidade guarani somos um todo que não aceita visões regionalizantes de modo que os índios do Rio de Janeiro (eles existem. São os Guarani das aldeias Araçá e Bracuí, na divisa com São Paulo) sejam vistos por um prisma diferente daqueles do Paraná ou Santa Catarina”. Mais importante para o Guarani, que as fronteiras geográficas do homem branco, é ser Guarani, comer como um Guarani e ver o mundo como um Guarani. O que o TRE não reconhece.

Mas a história não fica somente nisso. No mês de julho deste ano, quando Karai solicitava na 117ª Zona Eleitoral do Rio de Janeiro uma declaração de quitação e filiação partidária, o juiz Paulo César Dias tentou expulsá-lo do local com a ajuda da Polícia Militar. Sem explicação, um policial, sorrindo, dizia: “Você vai pedir isso em outro lugar”. Mas com a solicitação feita pelo PT, Karai acabou conseguindo a declaração.

A candidatura de Karai Mirim foi decidida pelo Conselho Tribal Guarani numa reunião na Área Indígena de Barragem (SP), onde ele vive. Em todo o Estado de São Paulo há 30 famílias guarani, cerca de 150 pessoas, em 12 pequenas áreas. Quando um jornalista perguntou ao cacique Gwirá Pepó, do Conselho Tribal Guarani, porque ter Karai Mirim como deputado federal, ele respondeu: “Pra levar a teimosia guarani pra Constituinte, já que a gente vive de teimoso”.



Karai Mirim Guarani-Nhandeva de São Paulo, é candidato a deputado federal



Pelo Amazonas, Paulo Mendes Tikuna concorre à Câmara Federal



Biraci Brasil Yawanawa se candidata a Constituinte pelo Acre

Da floresta amazônica para o planalto central

Há qualquer coisa no Estado do Amazonas além da malfadada Funai com seu superintendente Sebastião Amâncio e do “descendente - indígena - governador” Gilberto Mestrinho. E que pode dar certo: os candidatos indígenas a deputado federal e estadual Alvaro Sampaio Tukano e Paulo Mendes Tikuna que concorrem pelo PT (Partido dos Trabalhadores).

Os Tikuna tiveram os primeiros contatos com o homem branco há quase trezentos anos atrás. Hoje é o povo indígena mais numeroso no Brasil, cerca de 18 mil pessoas, habitando 65 aldeias do rio Solimões.

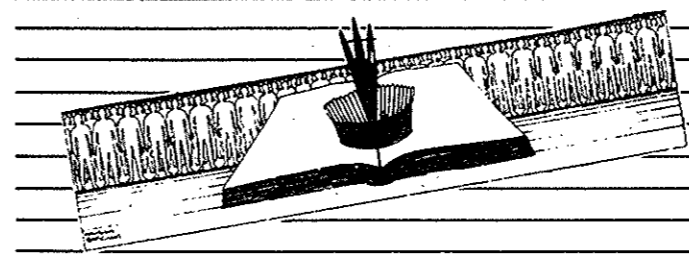
Diz Paulo Tikuna: “A escolha de minha candidatura se deu porque o pessoal viu que a gente vem defendendo as áreas indígenas contra a invasão dos madeireiros, fazendeiros. Nós pensamos nos partidos que existem aqui no Amazonas: PDS, PMDB, Frente Liberal... Ai vimos que no PMDB e Frente Liberal a gente vinha votando e não tinham feito nada por nós. O que os candidatos queriam era só pedir votos pros Tikuna. Depois eu sempre pensei em um outro partido e deixar esses de lado. Como apareceu o Partido dos Trabalhadores, a gente se juntou a ele porque observamos que a luta dos trabalhadores brancos era parecida com a luta dos povos indígenas”.

Qualquer candidato para ser eleito deputado estadual no Estado do Amazonas necessita receber no mínimo oito mil votos. “Eu devo ter uns dois mil só no Solimões (onde vivem os Tikuna). Agora a gente tem apoio dos Sateré-Maué, dos Miranha, dos Kambeba, dos Mayoruna”. Lideranças desses povos se reuniram no mês de setembro com Paulo Tikuna. Até o fechamento desta edição não tínhamos recebido ainda os resultados do encontro.

CORRUPTÍVEL?

Quem quer que seja eleito não vai deixar de receber propostas durante seu mandato parlamentar para apoiar projetos e interesses antiindígenas. Em troca, claro, de muito dinheiro. “Esse negócio de corrupção, que muitos índios até chegaram a falar pra mim, eu tenho certeza que não vai acontecer. Se fosse para acontecer eu já tinha arrumado emprego na Funai. O pessoal de lá já me ofereceu emprego dizendo que não adiantava lutar. Se eu fizer isso vou estar traindo meu povo”. Ele reconhece que, para isso não acontecer é necessário a presença constante dos indígenas junto do parlamentar.

Com um candidato indígena eleito, “o governo que está contra nós vai perceber que o índio também tem capacidade de chegar numa assembleia legislativa, que não é só o branco que pode eleger um deputado”. Se eleito, Paulo Tikuna diz como iniciaria seu mandato. “A primeira coisa que eu deveria fazer é visitar as comunidades indígenas pegando suas reivindicações. Reunir as comunidades e exigir a demarcação das terras, educação e saúde para os povos indígenas”.



“Nós queremos que reconheçam o nosso direito porque estamos na nossa terra”

O Território Federal de Roraima está agora com apenas um candidato do movimento indígena à Constituinte. Depois de muita discussão, Davi Kobenawa Yanomami retirou sua candidatura em nome da unidade do movimento. Ficou Gilberto Makuxi, que falou ao PORANTIM sobre a participação dos povos indígenas na elaboração da Constituição. E pelo Estado do Amazonas, está Alvaro Sampaio Tukano, coordenador nacional da UNI, que concorre também a deputado federal. Abaixo, sua plataforma política

Um Macuxi na defesa do Estatuto do índio



O Makuxi Gilberto Lima, de Roraima

No encontro das 28 lideranças indígenas em Itacotiara (AM), no mês de julho deste ano (ver PORANTIM n.ºs 90/91), Davi Kobenawa Yanomami foi lançado candidato a deputado federal pelo movimento indígena. Pouco tempo depois, numa assembleia de tuxauas, era decidido que Gilberto Lima Makuxi também concorreria pelo Território Federal de Roraima. No entanto, duas candidaturas indígenas para o mesmo cargo eletivo, mesmo partido e mesma unidade da federação impossibilitariam a vitória de pelo menos um deles, que já é difícil.

Por isso, a 15 de setembro, 43 tuxauas se reuniram para decidir qual das duas candidaturas ficaria. Dezoito deles foram a favor de Gilberto, 13

apoiaram a permanência de Davi e 11 se colocaram contra qualquer participação dos índios nessas eleições, já que em outras vezes o resultado foi a divisão interna de algumas comunidades makuxi. Assim, Davi retirou sua candidatura, e o nome de Gilberto chega às malocas com o apoio dos tuxauas Makuxi e Wapixana.

CAMPANHA

Nessas visitas às aldeias, é fundamental que se diga o porquê de uma candidatura indígena. “O candidato indígena, afirma Gilberto, é um passo que nós estamos encontrando na nossa organização. Nós sabemos hoje em dia que quem elaborou as leis esqueceu dos índios”.

E continua. “Um deputado indígena é pra defender a lei 198 (artigo da atual Constituição), que dá o direito ao índio da permanência na terra. Tem a Lei 6.001 que assegura também esse direito, que o deputado branco persegue. Mas sabemos que somos índios, mesmo que eles dizem que a gente não é índio. Somos índios, de geração velha, nascemos ali”.

Apesar de alguns tuxauas não verem com bons olhos o envolvimento do Makuxi em política eleitoral, durante as últimas eleições vários deles se candidataram a vereador; alguns sendo eleitos. E desta vez Gilberto não vai estar sozinho. Outros Makuxi também se candidatam, mas sem nenhuma ligação com o movimento indígena. O que para Gilberto não é o principal problema que ele vem enfrentando. “Eles não vão conseguir muita coisa porque infelizmente são (candidatos) do governo. O índio já tá cismado com o governo”.

Pelo Amazonas, Álvaro Tukano



Alvaro Sampaio, Tukano, do Amazonas

Alvaro Sampaio Tukano, da região de Pari Cachoeira, no alto rio Negro, foi lançado candidato a deputado federal no dia 25 de novembro do ano passado durante uma reunião com mais de três mil pessoas na aldeia tikuna de Vendaval (AM). Naquele dia, Paulo Mendes Tikuna também era escolhido o candidato a deputado estadual do movimento indígena pelo Estado do Amazonas. E em junho deste ano, o nome de Alvaro foi homologado por mais de 50 lideranças indígenas em Pari Cachoeira.

O tema da campanha de Alvaro, “Voz Indígena na Constituinte junto com os trabalhadores”, pode ser considerado a síntese de seu programa: representatividade indígena na Constituinte para defender a integridade territorial desses povos; reforma agrária para os trabalhadores sem terra; e a defesa dos recursos naturais das terras indígenas. Em julho último, a direção nacional do PT aceitou como do movimento indígena a candidatura de Alvaro.

Lista para denunciar os inimigos

Até 15 de outubro, os povos indígenas estarão sabendo quais os candidatos a deputado federal pelos estados da região Sul do País (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) os estarão apoiando, se eleitos, durante a elaboração da Constituição. Várias entidades, indígenas e indigenistas, lançaram uma campanha junto a esses candidatos para se saber se eles apoiam ou não os cinco pontos do programa mínimo para os índios na Constituinte (reprodução na página 7). Os que não se comprometerem terão seus nomes denunciados.

Cedi avalia onde é possível a vitória

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) elaborou um quadro para avaliar as possibilidades de vitória dos candidatos indígenas à Constituinte. O cálculo para se chegar ao coeficiente de votos necessários ao partido para eleger um deputado federal é feito da seguinte forma: o número total de eleitores de cada Unidade da Federação, já considerados os 15% de votos em branco, nulos e abstenções, é dividido pelo número de deputados federais que compõe a bancada do Estado na Câmara. Daqueles que possuem candidatos indígenas à Constituinte só não constam no quadro São Paulo e Mato Grosso.

UF	População em 1985	População indígena (aprox) em 1984	Número de representantes na Câmara dos Deputados	Coeficiente de votos necessários ao partido p/ eleição de um deputado federal em 1986. (*)
AC	358.000	5.000	08	15.000
AM	1.728.000	51.000	08	67.000
DF	1.579.000	—	08	78.000
GO	4.453.000	4.000	17	107.000
RJ	12.767.000	30	46	135.000
RR	104.000	30.000	04	11.000

* Esse Coeficiente pode ser considerado o total de votos necessários para que um determinado partido obtenha uma vaga de deputado federal, que será preenchida, dentre seus candidatos, por aquele que alcançar a maior votação.